



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO
JUNTO DA SANTA SÉ**

14 de Janeiro de 1980

Excelências, Senhoras, Senhores

1. Os sentimentos calorosos e os votos ardentes, que há instantes acabou de apresentar o vosso Decano, interpretando os vossos pensamentos, constituem testemunho comovedor que agradeço vivamente. A perspectiva que ele desenvolveu ultrapassa sem dúvida os meus méritos pessoais, mas alegro-me convosco na medida em que ela pode manifestar, por meio da minha actividade, a vitalidade da Igreja e o papel particular da Santa Sé.

A minha saudação e os meus votos pessoais dirigem-se para todos e cada um dos diplomatas presentes e suas famílias. Além das vossas pessoas, saúdo também os povos e as nações a que pertenceis, os países que representais, os Governos em nome de quem desempenhais as vossas funções junto da Sé Apostólica. Torno extensivas as minhas saudações a todos os países e a todos os povos, mesmo àqueles que não estão aqui representados. Alguns dos vossos países têm, efectivamente, com a Igreja católica laços tradicionais de séculos, porque os filhos e as filhas dessas nações professam há muito e em grande maioria a fé católica. Noutras, a Igreja católica está presente só com um grupo restrito, às vezes muito restrito, de fiéis, mas aquelas pessoas que nelas exercem o poder julgam, ainda assim, oportuno manter relações diplomáticas com a Santa Sé. Sinto especial prazer em saudar os países que estabeleceram essas relações durante o ano passado, embora os seus Embaixadores não estejam ainda presentes no meio de vós. Sem esquecer nenhuma dessas nações que nos são igualmente queridas, gostaria de citar em particular a Grécia, com tudo o que este nome representa para a civilização e a cristandade. Por último, não posso deixar de pensar noutros países cujas populações profundamente católicas gostariam de ver travarem-se relações mais íntimas com a Santa Sé.

Numa palavra, a composição do Corpo diplomático permite que se compreenda melhor, duma maneira justa, o problema importante da presença da Igreja no mundo contemporâneo. Esta forma nada tira evidentemente à urgência do apostolado dos membros da Igreja por meio do testemunho quotidiano e da acção em todos os campos temporais em que estão inseridos pela vida e profissão. Todavia, as relações diplomáticas permitem, a outro nível, uma presença ao mesmo tempo directa e discreta da Igreja católica, enquanto tal e sua cabeça, junto dos povos mais diversos, junto dos seus Governos ou representantes. A Igreja respeita neles os sistemas políticos e as responsabilidades temporais, ao mesmo tempo que lhes leva a ajuda dos recursos e das exigências espirituais e morais de que ela dá testemunho e que os seus filhos procuram levar à prática. Neste sentido, pretende ela contribuir para o bem das populações de cada país. E em troca, a actividade de cada um dos representantes diplomáticos favorece o cumprimento da missão que a Igreja julga seu dever realizar no mundo contemporâneo. Porque esta missão diz respeito às diversas dimensões da existência humana e às diversas comunidades, portanto também a dimensão política e às comunidades políticas.

2. O nosso encontro realiza-se no princípio do Ano novo. Convém todavia lançar os olhos para o passado, voltando a alguns acontecimentos que, para a Sé Apostólica e sobretudo para aquele que vos fala, foram profundamente significativos e conservarão muito tempo importância capital. O vosso Decano teve aliás a bondade de os evocar. Trata-se das minhas viagens: constituíram outras tantas ocasiões de contactos profundos com os povos e seus governantes, sem contar a comunhão assim reforçada com as Igrejas locais que sempre constituía a primeira finalidade apostólica.

Antes de todas, a minha visita ao México, em relação com a Conferência de Puebla, e para corresponder ao desejo da Conferência episcopal latino-americana e especialmente dos Bispos mexicanos. Se pude prestar lá o meu serviço pastoral, foi também graças ao Senhor Presidente do México, que me convidou apesar da falta de relações diplomáticas, e graças ainda aos organismos administrativos que facilitaram com benevolência a execução do programa estabelecido. Era a primeira vez que o Sucessor de Pedro pisava terra mexicana e se transformava em peregrino de Nossa Senhora da Guadalupe. Justo era prestar homenagem ao povo católico do México que tão grandes méritos conquistou. Também não esqueço o encontro simpático com o povo de São Domingos, tão provado em seguida por um tufão, nem esqueço por último, a escala que fiz nas ilhas Bahamas.

Tinha igualmente de pagar uma dívida especial ao povo da Polónia, e foi este o motivo da minha peregrinação em Junho último. Era a primeira visita de um Papa a essa terra e a esse povo da Polónia; e, o que mais conta, do primeiro Papa vindo precisamente de estirpe polaca, do primeiro Papa eslavo. Como expressar a energia dos sentimentos que assinalaram esta peregrinação, que se tornou eco de todo o conteúdo não só da história mas ainda do movimento presente! Para além do aspecto puramente pessoal, esta peregrinação devia situar-se em toda a trama da história, baseada na fé e na tradição cristã, e devia dar testemunho da união — que, depois de

tantas provações históricas, continua na situação actual —, da união entre o País e a Igreja. Devo também notar a atitude cortês e hospitaleira que tomaram, nessa circunstância, as Autoridades civis.

No Outono, a caminho da ONU, sentia-me igualmente chamado a visitar a Irlanda por duas razões. A Igreja e a cristandade muito devem ao povo irlandês pela contribuição histórica que prestou e pelo seu vigor actual; e eu devia confirmar esses irmãos e esses filhos na fé e animá-los na identidade cristã que possuem. Por outro lado, a situação presente chamava-me ao mesmo tempo e atraía-me a esses lugares, para lá pronunciar exortações vigorosas à paz, ao perdão e a colaboração fraterna na justiça. Continuo a esperar que elas venham um dia a ser ouvidas por esses irmãos divididos e atormentados, e primeiramente pelos responsáveis políticos.

Em seguida, não queria dirigir-me à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, sem procurar cumprir o meu encargo pastoral tomando contacto com a Igreja e a sociedade dos Estados Unidos da América, visitando, ao menos rapidamente, as populações dalgumas cidades ou terras prestigiosas. Muito apreciei o acolhimento que me reservaram essas multidões, de católicos sem dúvida mas também das outras confissões ou religiões, e estimei quando merecia o gesto sem precedentes do Presidente Carter e do Governo, que me convidaram a ir à Casa Branca. Presto homenagem aos responsáveis políticos que sabem promover encontros com os responsáveis espirituais para bem da paz.

Por último, na minha recente viagem à Turquia, encontrei igualmente compreensão nas Autoridades turcas, embora quase todos os cidadãos sejam lá da religião muçulmana e o Estado tenha escolhido manter-se em neutralidade quanto às religiões, separando claramente assuntos religiosos e atitudes políticas. Se bem que a minha visita tenha sido motivada sobretudo pelo desejo de me encontrar com o Patriarca de Constantinopla, Sua Santidade Dimítrios I, com finalidade ecuménica, e ainda de me encontrar com as outras comunidades cristãs, em particular com a dos arménios, eu alimentava também o desejo de promover laços de amizade com o país e as populações turcas, em particular as pessoas dos governantes. Era também ocasião para reafirmar os grandes princípios do Concílio Vaticano II no que se refere aos contactos com as religiões não cristãs, especialmente com o Islão.

Todas estas visitas, Excelências, pretenderam servir a causa da paz, e esta é a razão por que me permiti evocá-las diante de vós. Por certo, elas mantêm-se inteiramente ao serviço das finalidades religiosas, pastorais e ecuménicas; mas, ao mesmo tempo, levando o Papa a diversos pontos do globo, criam a ocasião de encontros com sociedades, realidades e mesmo sistemas políticos diferentíssimos. Mas como não se há-de reconhecer que elas favorecem a aproximação? Porque nisto está também um papel da Igreja que deseja unir e deseja servir a fraternidade dos homens e dos povos, ultrapassando o que os separa e por vezes os opõe.

3. Foi a esta missão de paz que se consagrou muito especialmente a minha visita à Organização

das Nações Unidas. Os esforços contínuos da Santa Sé, para assegurar e reforçar a paz no mundo, encontraram nessa visita expressão suplementar. Não se tratava somente de fazer uma declaração ou enviar uma mensagem, mas de aprofundar a busca dos fundamentos mesmos da paz entre as nações, entre os países e entre os sistemas, seguindo a linha das encíclicas *Pacem in terris* e *Populorum progressio*, prolongando a actividade de João XXIII e Paulo VI.

A Igreja tem, de facto, método próprio de encarar os problemas da paz, método em correspondência com a sua missão doutrinal e pastoral, e quis encontrar expressão sintética no discurso A. ONU, como também na mensagem anual para o 1º de Janeiro, centrada este ano no tema «A verdade, força da paz», e em geral na atitude e nas actividades da Sé Apostólica.

Em Nova Iorque, para mim como para o meu predecessor Paulo VI, o encontro do Papa, chefe de uma comunidade espiritual universal, com os representantes de quase todos os países do mundo, foi ocasião única no género, que revestiu significado excepcional. Manifesta, como disse, que «a Organização das Nações Unidas aceita e respeita a dimensão religiosa e moral dos problemas humanos de que a Igreja se ocupa em virtude da mensagem de verdade e de amor que deve levar ao mundo» (*Discurso à ONU*, n. 5). Por seu lado, a Igreja interessa-se profundamente pelos ideais que tem em vista esta Organização; ao garantir direitos iguais a todos os homens e a todas as mulheres, como a todas as nações grandes e pequenas, quer ajudá-las a respeitarem-se e a colaborarem. Sim, a Igreja muito aprecia os esforços da ONU para estabelecer a cooperação pacífica entre essas nações. Vendo nesta Organização, mesmo com as suas imperfeições ou fraquezas, «o caminho obrigatório da civilização moderna e da paz mundial», como o dissera Paulo VI, a Igreja deseja-lhe que sempre encontre, mais e mais, os métodos e os meios adequados a um fim tão importante, e que veja reconhecida e respeitada em toda a parte a autoridade que lhe é necessária para levar a termo a própria tarefa ao serviço de todos. O bem comum, que lhe pertence promover, ultrapassa naturalmente os interesses particulares de cada nação.

Os problemas que surgem de facto, na hora presente, não deixam de ser preocupantes: seja o da proliferação ruínosa e perigosa dos armamentos por toda a parte no mundo; seja o das lutas armadas em certos pontos quentes da Ásia, entre outros a situação no Afeganistão, em vizinhança imediata com a Nação Iraniana.

Sim, perante factos dramáticos que se estão a dar no Afeganistão e mantêm suspensa a opinião pública do mundo inteiro ou quase, é impossível não nos interrogarmos sobre os motivos que podem desencadear acontecimentos tão graves e tão ameaçadores para a acalmia internacional. Aconteça o que acontecer, é acaso verdadeiramente possível considerar apenas o problema de uma região, separando-o do contexto de um conjunto completo a que ele anda ligado? Nem a todos está claro, mas não é de maneira especialmente grave aos que têm os maiores poderes, que vêm a tocar ainda as mais pesadas responsabilidades? É o que digo, dentro da minha missão espiritual, para reforçar nuns e noutros a consciência das exigências fundamentais da

vida pacífica internacional: primeiramente o respeito da independência de cada país e o direito dos povos a serem árbitros dos próprios destinos, segundo os sentimentos patrióticos e religiosos que têm. Digo isto para defender as populações que sofrem sempre as consequências dos agravamentos dos conflitos. Digo isto para solicitar, como fiz na mensagem para o 1º de Janeiro, um acréscimo de verdade e de justiça. Tudo vale aliás para outros pontos quentes da Ásia. A minha solicitude e a minha simpatia dirigem-se em particular para o povo do Irão, cuja gloriosa história e tradições humanitárias são universalmente conhecidas: nós todos desejamos-lhe que vença as dificuldades actuais, e formulo os melhores votos pela sua vida, tranquilidade e progresso.

Os outros continentes não ficam porém esquecidos. Penso também nas relações pacíficas dos Estados americanos, a cuja Organização tive a honra de dirigir a palavra na altura da minha visita à ONU. Também não queria que o vasto continente africano se mantivesse fora da solicitude da família humana, sob pretexto de se encontrarem hoje fora dele grandes interesses económicos. A Africa conheceu e conhece ainda tremendas oposições fratricidas, de que às vezes certas potências parecem querer tirar proveito; Mas ela pode também vencê-las e estabelecer acordos positivos, como aquele que foi objecto de esforços em Zimbábue-Rodésia. Muitas vezes com meios limitados, vai a Africa envidando esforços pacientes no campo do desenvolvimento; deve continuar o seu caminho na paz, recebendo ajuda mútua desinteressada que respeite o seu génio próprio e as qualidades humanas e espirituais das suas civilizações. No decorrer do ano passado, tive o gosto de receber pessoalmente aqui vários chefes de Estado deste continente.

4. Qual é então o princípio que inspira a Sé Apostólica quando se dirige aos homens políticos ou se ocupa de coisas políticas? Uma frase do Concílio Vaticano II bem o pode resumir: «A Igreja que, por causa da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade, nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é ao mesmo tempo o sinal e a salvaguarda da transcendência da pessoa humana» (Const. *Gaudium et spes*, 78, par. 2). Eis um dos princípios que estão na base da minha primeira encíclica *Redemptor hominis* (Cfr. *Redemptor hominis*, 13).

É certo que o bem comum de uma sociedade e de uma nação deve promover-se de muitos modos, como o conjunto das condições sociais permite o desenvolvimento dos grupos e das pessoas, e este bem comum toma uma extensão cada vez mais universal. «Simultaneamente aumenta, porém, a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis» (Const. *Gaudium et spes*, 26, par. 2). O prólogo da Carta das Nações Unidas reafirma «a fé (dos povos signatários) nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana». O que a sabedoria das nações reconhece, a Igreja tem razões especiais e profundíssimas para o testemunhar e lhe garantir a salvaguarda, pois Cristo uniu-se a todo o homem e a Sua solicitude, por cada homem que remiu, tornou-se a solicitude da Igreja: «Não pode ficar insensível a tudo o que serve ao bem verdadeiro do homem, como não pode ficar indiferente ao que o ameaça»

(Encíclica *Redemptor hominis*, 13). Eis a razão por que, nesta encíclica como no discurso às Nações Unidas, insisti nos direitos do homem e mencionei certo número deles (Cfr. *Discurso à ONU*, n. 13); o conjunto dos direitos do homem corresponde, de facto, à substância da dignidade do ser humano, compreendido na sua integridade e não reduzido a uma dimensão só. E muitas vezes tive ocasião de voltar a este assunto capital.

E é ainda necessário conceber estes direitos no justo significado que têm. O direito à liberdade, por exemplo, não inclui evidentemente o direito ao mal moral, como se pudéssemos reclamar, entre outros, o direito de suprimir a vida humana, como no aborto, ou na liberdade de usar cada um coisas nocivas para si ou para os outros. Da mesma maneira não se deveria tratar dos direitos do homem sem considerar também os deveres que lhes são correlativos, os quais traduzem precisamente a própria responsabilidade de cada um e o seu respeito pelos direitos dos outros e da comunidade.

Seja-nos ainda permitido voltar a um dos direitos humanos fundamentais, evidentemente muito estimado pela Igreja: o da liberdade de consciência e de religião. Quantas vezes não lançou já a Santa Sé apelos, alguns dramáticos, em favor das pessoas, dos grupos e das Igrejas, quando há privação do direito fundamental de professar a própria fé de maneira pessoal e comunitária! Lembrei-o solenemente diante da Organização das Nações Unidas (Cfr. *Discurso à ONU*, n. 20).

A Santa Sé considera dever-se dirigir-se, a este propósito, às Autoridades de todos os Estados, do mesmo modo que às Organizações internacionais. Ainda hoje são numerosos, é certo, os casos de verdadeira violação da liberdade religiosa, quaisquer que sejam as explicações aduzidas, e eu recebo com frequência provas disso. A Santa Sé pensa igualmente terem as comunidades religiosas título particular para erguer a voz quando se trata de formular as aplicações concretas do princípio da liberdade religiosa, ou de velar pela execução prática dessas.

5. Mas voltemos agora ao objecto da presente reunião, que é marcar o princípio de um ano novo, e mesmo de um decénio novo. Passo pois, finalmente, aos votos fervorosos que me empenho em vos apresentar. Dado o carácter universal da Santa Sé e dada também a universalidade do amor de Cristo — de que eu, primeiro que todos, tenho obrigação de dar testemunho, apesar da minha indignidade — ousou dizer que os meus votos se dirigem a toda a família humana, a todos os povos e a todas as comunidades políticas, nacionais e internacionais, particularmente às nações e aos seus Governos que estão aqui representados. Deus lhes conceda a todos avançarem na paz e na verdade, o que é condição de paz, avançarem para situações mais felizes e mais justas, graças a um processo constante, material, social e moral.

O nosso pensamento comum volta-se especialmente para cada um dos países que sofrem, hoje mesmo, a provação de conflitos armados, ou estão ainda sob o choque de uma prostração indescritível, como a Camboja.

Os meus votos dirigem-se a categorias de pessoas que são objecto de uma atenção particular a nível internacional. Oxalá; em particular, as crianças dos diferentes países continuem a beneficiar da solicitude que lhes procurou o Ano da Criança.

Em numerosos países, sofrem já tragicamente estas crianças a fome; e com elas sofre grande número de adultos. Que irá acontecer com as gerações de amanhã? Actualmente, a situação alimentar mundial apresenta-se muito grave. Convidado amavelmente pelo Director-Geral, defendi a repartição mais equitativa dos produtos alimentares. Mas os planos gerais, que deveriam atenuar a carência presente e a futura, encontram-se comprometidos por muitos obstáculos, que dependem menos das possibilidades da natureza do que da culpa dos próprios homens: do descuido a que votam este problema, da falta de solidariedade e do mau emprego dos recursos existentes. Todavia este problema deveria mobilizar os homens e fazer convergir os esforços de todos. Em vez disto, que ingentes somas se consagram a multiplicar os armamentos e engenhos de morte! Quantas incoerências nas permutas comerciais! Quantas energias desperdiçadas em lutas ideológicas, em políticas de prestígio e de poder! Mas poder para quem? Para quê? Para que bem comum? As gerações vindouras não-de pedir-nos contas. Deus já no-las pede. Oxalá, Excelências, nós — que estamos reunidos hoje neste lugar, símbolo da paz e da caridade — contribuamos com todos os nossos meios para que a realidade angustiosa da fome dos nossos irmãos tome lugar de primazia nas políticas dos nossos países.

Senhoras, Senhores, os meus últimos votos referir-se-ão a vós mesmos, às vossas pessoas e às vossas famílias. Espero encontreis muitas satisfações nos vossos encargos como Embaixadores junto da Santa Sé, que são encargos «sui generis». Deus vos encha de alegria e de paz.

© Copyright 1980 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana